

A formação pela análise do trabalho: por uma terceira via

Em: Maneiras de agir, maneiras de pensar em formação

Yves Clot, 2000

Chaire de psychologie du travail du CNAM

clot@cnam.fr

Tradução de trabalho feita por Claudia Osorio, Kátia Santorum e Suyanna Barker.

No capítulo que se segue buscaremos compreender os problemas colocados pelo sucesso crescente de formulações que, no entanto, levaram longo tempo para se tornarem reconhecidas: aquelas que consideram a elaboração e a formalização da experiência profissional como um meio de formação. Tratar-se-á de identificar as linhas de pesquisa que participam atualmente do desenvolvimento deste campo e de propor que façamos uma leitura epistemológica destas visões. A partir dos resultados de uma pesquisa sobre a validação das aquisições de conhecimentos profissionais (Clot, Ballouard, Werthe, 1998), será privilegiada uma destas visões, aquela suscetível de melhor responder a certas questões deixadas em suspenso pelas demais.

1 . Da pesquisa à formação: a autoconfrontação cruzada

Certos métodos de análise do trabalho propõem diretamente questões relativas à formação. Este é o caso das *experimentações em autoconfrontação cruzada* que nós temos posto em foco nestes últimos anos, juntamente com Daniel Faïta (1997). A razão desta proximidade entre trabalho e formação já foi claramente expressa por Vygotski em 1935: "A ação, passada no crivo do pensamento, se transforma em uma outra ação, que é pensada" (1994, p.227).

Neste quadro metodológico, a tarefa que nós propomos aos sujeitos consiste em elucidar para um outro (pesquisador, formador, especialista do mesmo campo) e para si mesmo as questões que surgem no desenrolar das atividades apresentadas, com a ajuda de registros em vídeo. Trata-se de comentar os traços filmados da atividade. Estas imagens resultam de um primeiro trabalho: o de escolher as situações que serão objeto de análise. Essas decisões são, elas próprias, objeto de uma primeira elaboração com um coletivo de profissionais representativos do espaço de trabalho, escolhidos em função de critérios elaborados com os demandantes da análise. Este coletivo, que forma um "*grupo associado*" à pesquisa, se mantém como um interlocutor privilegiado e permanente da equipe de pesquisa. É com este grupo que são finalmente retomados e retrabalhados os materiais

filmados em autoconfrontação cruzada. A análise da atividade segue então três fases. Inicialmente há um longo trabalho de "concepção partilhada" das situações a focalizar na análise. Nesta fase são também efetuadas as observações de situações pelos próprios pesquisadores, a fim de sustentar a co-concepção evocada. A segunda fase acumula a produção de vídeos de autoconfrontação simples (sujeito/pesquisador/imagens) e de vídeos de autoconfrontação cruzada (dois sujeitos/pesquisador/imagens). Dá-se o início de um diálogo técnico entre dois profissionais do campo em análise confrontados à mesma situação. A terceira fase é um retorno diante do "*grupo associado*" que é inserido no trabalho de análise e co-análise a partir do diálogo já realizado entre os dois profissionais. Nesta última fase se produz aquilo que se pode chamar de uma percolação da experiência profissional, colocada em debate a propósito de situações rigorosamente delimitadas.

Um ciclo se estabelece entre aquilo que os trabalhadores fazem, o que eles dizem daquilo que eles fazem, e, por fim, o que eles fazem daquilo que eles dizem. Neste processo de análise, a atividade dirigida "em si" torna-se uma atividade dirigida "para si". Somos levados a uma constatação: o comentário dos dados em vídeo do operador em autoconfrontação com seu trabalho é endereçado, de fato, a um outro. A autoconfrontação clássica é conduzida por um pesquisador, seja ele psicólogo ou não. Esta é uma atividade em si, na qual o trabalhador descreve sua situação de trabalho *para o pesquisador*. Comprova-se a força deste fenômeno quando se pratica uma autoconfrontação cruzada, quer dizer, quando retomamos a análise comum, do mesmo registro em vídeo, com um outro profissional do campo, um colega de trabalho do mesmo nível de competência técnica, por exemplo. A mudança de destinatário da análise modifica a análise. A atividade de discussão ou de verbalização dos dados recolhidos dá um acesso diferente ao real da atividade do sujeito se ela se é feita *ao* psicólogo ou *aos* pares. Ela é reendereçada em um ou outro caso. É que a palavra do sujeito não se volta somente para o seu objeto (a situação visível), mas também para a atividade daquele que a acolhe. É uma atividade dirigida - no sentido que nós a definiremos - na qual a linguagem, longe de ser para o sujeito somente um meio de explicar o que ele faz ou que ele vê, vem a ser um meio de levar o outro a pensar, a sentir e a agir segundo a perspectiva do próprio trabalhador (Paulhan, 1929).

Na verdade, a verbalização em análise do trabalho é um instrumento da ação interpsicológica e social. Trata-se, é claro, para aquele que se submete, de fazer participar, o psicólogo ou seu par, de seus atos e de seus pensamentos; mas, ao mesmo tempo, de conciliar a atividade deles com a sua, de fazer com que eles se inclinam sobre a sua própria atividade. As verbalizações servem, sem dúvida alguma, para colocar em dia as realidades do trabalho (Caverini, 1988). Mas isso se dá sempre se servindo, de uma maneira ou de outra, da psiquê daqueles a quem as verbalizações se dirigem. A verbalização é,

em si mesma, uma atividade do sujeito e não somente um meio de acessar a uma outra atividade. É por isso que se pode falar de co-análise do trabalho. O psicólogo do trabalho ou o par nas sessões de autoconfrontação cruzada não têm, por exemplo, as mesmas dúvidas, não transmitem ao sujeito, mesmo através de seus silêncios, as mesmas impaciências, os mesmos estranhamentos, as mesmas excitações a propósito da atividade observada e comentada. Então, longe de tratar estes fenômenos como um obstáculo nós propomos fazer dele um trunfo metodológico. O sujeito busca no psicólogo e no par-especialista, algo com que possa agir sobre eles. Ele não busca inicialmente nele mesmo, mas no outro. De um modo ou de outro, ele luta contra uma compreensão incompleta da sua atividade por seus interlocutores, ele suspeita neles uma compreensão insuficiente e quer preveni-la. Ele visa se apropriar de suas mobilizações respectivas a propósito de seu trabalho para modificá-las. Ele busca compreendê-los e, na verdade, ele vê sua própria atividade "com os olhos" da atividade dos outros. Ele testa, decifra e por vezes desenvolve suas emoções pela interveniência das emoções do outro. É assim que ele encontra, sem forçosamente procurar, alguma coisa nova em si mesmo.

Mas, na verdade, as diferenças entre os dois destinatários se tornam capitais. O sujeito não responde a mobilização e ao questionamento distintos que lhe são colocados pelo psicólogo e pelo par - quer eles sejam formulados ou presumidos - de uma maneira única. Ele olha sua própria atividade "com os olhos" das duas outras atividades, por sua vez discordantes. Nossas pesquisas metodológicas almejavam utilizar plenamente os recursos desta dissonância. É isto que as distingue de outros métodos que não adotam o mesmo quadro teórico que o nosso (Hoc & Amalberti, 1998).

Lá onde os métodos clássicos confrontam um grande número de sujeitos a uma única situação, nós propomos confrontar um sujeito a várias situações diferentes. É que, para nós, a pesquisa diz respeito ao desenvolvimento da atividade e não somente ao seu funcionamento. Deste ponto de vista, não basta somente compreender para transformar, mas também transformar para compreender.

Outras pesquisas identificaram o impacto da atividade dirigida sem tirar daí as mesmas conseqüências, em particular as de P. Vermesch (1994). Nós voltaremos a isso. Mas, em primeiro lugar, devemos marcar a concordância existente neste domínio em torno da idéia de Vygotski, o qual, dando o exemplo do sócia, escreveu: "Eu me conheço somente na medida em que eu sou eu mesmo um outro para mim" (1925/1994, P.46) Assim, Pastré pôde propor refletir, nesta perspectiva, a propósito da atividade em simulador, visto como um mediador da formação: "estando o sujeito, de algum modo, face a face com o real, a conceitualização é freada, porque a ação se esgota no seu próprio êxito. Desde que nós estejamos em uma situação a três termos (o sujeito, o real, uma representação externa do real), o sujeito deve coordenar não somente o resultado obtido, mas a pilotagem pela representação e a

pilotagem pelos resultados no real. Esta difícil coordenação é fonte de numerosos conflitos cognitivos, que são também oportunidades de desenvolver a conceitualização da situação". (1995, P.46). Nossa perspectiva é certamente diferente, já que ela se interessa, assim como os trabalhos C. Teiger ou de B. Six, pela formação (Teiger,1993; Teiger e Laville,1991; Six et. al., 1994); não somente pela re-conceitualização do objeto, mas pela mudança de sentido da situação para o sujeito. Qualquer que seja, o problema da situação a três termos é aqui bem colocado por Pastré.

2. A abordagem cognitiva: o exemplo da entrevista de explicitação

Em nosso modo de ver, isso já não se dá na mesma medida nos trabalhos de P. Vermersch (1994), que parece não concordar com o estatuto teórico deste terceiro termo e crer que o *face a face* com o real é finalmente possível. No entanto, Vermersch não deixa, por exemplo, de dar importância ao impacto do destinatário da verbalização na descrição da ação pelo sujeito. Ele nota que, nas entrevistas de explicitação que pratica, o conhecimento da tarefa pelo interlocutor do sujeito pode se revelar uma séria desvantagem para a verbalização da experiência. De fato, ou este interlocutor impõe um modelo implícito de atividade ao sujeito, referindo-se às suas próprias normas, ou ele deixa de questionar as descrições que lhe parecem evidentes (Vermersch, 1994, p. 149). Nos dois casos o conhecimento técnico do destinatário tem o efeito de obliterar o questionamento do sujeito sobre sua própria atividade. De fato, o sujeito se dirige a alguém que possui a experiência da tarefa e, neste caso, a explicitação se faz menos útil para os dois interlocutores. O acesso ao real da atividade se encontra modificado. Dependendo a quem se dirige, não se desenrola a mesma ação, para retomar o vocabulário de Vermersch.

Nós não saberíamos dizer melhor a que ponto o destinatário da verbalização é constitutivo destes conteúdos. Este é também o ensinamento que nós tiramos das experiências de autoconfrontação cruzada: a cumplicidade entre o conhecimento técnico e a habilidade pode fechar a atividade sobre ela mesma e torná-la ainda mais implícita. É por isso que se impõe, em nossa opinião, a presença de um "não especialista" na tarefa cuja "ingenuidade profissional" possa ser obstáculo a esta cumplicidade. Mas a inexperiência na tarefa, característica do psicólogo iniciante no domínio, não é uma virtude em si. Essa inexperiência só será uma virtude quando associada a especialização do "par-profissional". Nós vamos retornar aos benefícios que a análise psicológica do trabalho pode tirar, para enriquecer a descrição da ação, destes "jogos de linguagem" afetando as destinações da "verbalização". O método das "instruções ao sócia" é a resposta técnica que nós elaboramos - a partir de trabalhos anteriores (Odonne,1981) - às questões que acabamos de levantar. Este método de autoconfrontação em

formação, mais leve que aquele praticado em análise do trabalho, no qual não se pede registros em vídeo em ambiente natural, é um instrumento de elaboração da experiência profissional. Nós vamos expor sucintamente os resultados obtidos graças a ele e às novas questões que levanta.

Mas para compreender em que este método se aproxima e em que ele se diferencia da metodologia de explicitação proposta por Vermersch, precisamos inicialmente apresentá-lo, em linhas gerais. Em nossa opinião, se queremos tornar possível a discussão da abordagem da singularidade da experiência e da ação no meio de trabalho, as técnicas de formalização da experiência devem ser, em si, objeto de pesquisas sistemáticas. E se queremos igualmente tirar daí lições para a formação. A qualidade do trabalho de Vermersch é que ele formaliza os métodos que utiliza ligando-os uma teoria da ação: "Se por ação, eu designo a realização de uma tarefa, a entrevista de explicitação visa à descrição do desenvolvimento desta ação, tal qual ela tenha sido efetivamente colocada em prática em uma tarefa real" (1994 p. 18). A mirada de análise é a remediação dos erros ou a reprodução da habilidade profissional, ou seja, a apropriação de suas competências pelo sujeito ao olhar a tarefa: os procedimentos realmente colocados em prática (raciocínios), os objetivos realmente perseguidos, os saberes realmente utilizados, as pré-concepções fontes de dificuldades (p. 18 e p. 178). No final das contas, o que melhora, é a auto-informação do sujeito sobre o acúmulo de experiência que ele possui (p. 77 e 149) e isto no momento em que se faz um diagnóstico sobre a natureza e a causa de um fracasso ou de sucesso profissional (p. 178).

Para isto, a ação é definida por Vermersch como um procedimento e não por uma intenção (p. 34). Esta abordagem pela realização procedural e operatória, pelo "desenrolar da ação", deixa deliberadamente de lado o problema da formação da ação e da origem dos objetivos. Nós podemos compreendê-lo em uma perspectiva cognitiva há muito tempo inspirada pelos trabalhos de Piaget (Vermersch, 1978) mas, na verdade, o sucesso ou fracasso é referido à organização seqüencial das operações da tarefa realizada. A ação é a realização da tarefa.

Ora, sem invalidar esta constatação, nós chegamos a um resultado diferente: nós podemos partilhar sem reservas a idéia de que a ação separada de suas técnicas de execução é uma imagem mental. Mas deveríamos para tanto negligenciar o fato de que a ação é também, segundo as circunstâncias, a invenção de uma meta para se livrar dos *contraintes* da atividade impostos pela tarefa? A ação não é apenas realização, mas também libertação de seus pressupostos operatórios e subjetivos, princípio de subjetivação. O desenrolar operatório da ação assim "formado" é, certamente, um momento decisivo, mas deve ser relacionado ao real do sujeito, situado em um campo de atividades possíveis e impossíveis que transbordam amplamente suas "realizações" imediatas. A ação não é

somente uma realização da tarefa. A tarefa é também uma "realização" das atividades que o sujeito busca atingir através dela { da tarefa}, como também pode ser a oportunidade de descartar aquelas atividades que ele recusa (Clot, 1995). Se, como constata Vermersch, o desenrolar da ação é modificado pelo sujeito de acordo com aquele a quem ele se dirige, é porque as operações selecionadas por ele o são, em função de objetivos que não dependem somente da tarefa evocada, mas que o incitam a agir no momento da análise. A ação realizada que desejamos compreender é já inseparável daquilo que o sujeito acreditou ou não possível de fazer quando ele a executava. Mas ela é também inseparável daquilo que ele imagina realizável na situação em que se encontra quando a descreve.

Na verdade, para nós, a evocação das operações vividas não pode ser uma simples recordação de eventos passados, independentes das intenções presentes do sujeito em vista de outros e dele mesmo, que existem mesmo sem seu conhecimento. Vermersch parece admitir isto ou pelo menos concordar, que "o que o sujeito coloca em palavras a partir da reflexão do vivido, jamais existiu anteriormente sob esta forma". Seria mais justo falar de "criação de memória", escreveu ele, designando este processo como uma passagem do vivido ao representado (p. 102). Nós o seguiríamos preferencialmente nesta direção. Todo o problema é que esta nova criação psicológica não é somente uma representação do vivido anterior, mas um representante do vivido presente do sujeito em sua relação com seu(s) interlocutores: o produto psicológico de uma situação de interlocução definida, no melhor dos casos, por uma demanda, e no pior, pela ausência total de demanda em relação ao analista do trabalho. Não se trata então, a nosso ver, de um acesso a uma nova representação dado pela mediação de uma nova situação vivida; esta conduz o sujeito a selecionar na cadeia operatória passada o que pode lhe permitir realizar sua ação presente considerando o destinatário da verbalização, que resiste à sua ação. É uma ação em curso entre dois sujeitos e não somente uma representação da ação passada.

É por isso que podemos falar de co-análise do trabalho: a ação do psicólogo, do formador ou do profissional em resposta à ação do sujeito é decisiva na produção de descrições do trabalho. Circunscrevem-se, mesmo sem ele saber ou desejar, as possibilidades que o sujeito retém ou não na apresentação de sua ação. Longe de simplesmente redescobrir a ação, modifica-se o desenrolar da ação. Fica claro que Vermersch não utiliza este desdobramento da ação, vivida no passado, revivida no presente, e que pertence então simultaneamente a dois contextos. Este duplo pertencimento, que é uma dupla indexação, reenvia a ação a dois sistemas de atividades diferentes. Este nos parece decisivo para dar ao sujeito o espaço de elaboração e a oportunidade de descobrir o real de sua atividade no carrossel

de inúmeros desenvolvimentos possíveis da ação. {comentário: **o sujeito tem que desenvolver duas ações simultâneas: o contexto do trabalho e o contexto da análise**}

É verdade que para alcançar esta dissonância como instrumento de análise é necessário considerar a verbalização como uma ação sobre o outro que faz eco em si, ou seja, como uma ação integral que duplica o desenrolar evocado da ação passada pelas intenções e operações da ação presente. É necessário tomar a atividade linguageira dirigida – a situação de enunciação – como atividade em si e não somente como uma expressão de segundo grau da “posição cognitiva do sujeito” (p. 68). É necessário ver a linguagem como mais que um “meio de expressão” do vivido da ação passada, mais que uma técnica entre outras “técnicas de ajuda à recordação de eventos passados” (p.90). Se não, nós somos conduzidos, como Vermesch, a um diagnóstico desavisado sobre a “característica suspeita da verbalização” (p. 68) à qual demandamos demais (o contato com o passado pela mediação de disparadores sensoriais) e não damos o suficiente (um papel de realização da ação presente). De fato, o movimento mesmo do pensamento que vai da idéia à palavra é um *desenvolvimento* (Vygotski, 1934/1997). Ora, este desenvolvimento é dirigido, e o interlocutor participa deste desenvolvimento.

No fim das contas, o trabalho de Vermesch consiste em “guiar” a elucidação da ação vivida do sujeito pelo próprio sujeito que se busca posicionar na melhor postura cognitiva para fazê-lo. Este deve encontrar aqueles “disparadores sensoriais” que lhe darão acesso à memória involuntária de maneira deliberada graças aos procedimentos que o remetem ao vivido (pp.90-103). Isso é conseguido quando a situação passada é mais presente que a situação atual de interlocução que nunca é apenas um procedimento disparador da evocação do vivido da ação (p.57), em face a face com o real, para retomar a expressão de Pastré. É então o acompanhamento do sujeito sobre o desenrolar da ação vivida e a condução dele sobre ele mesmo que funda a intervenção do psicólogo ou do formador, segundo Vermesch.

Para o que nos concerne, nós consideramos que as atividades não estão “todas prontas” a espera de uma explicitação. Nossa própria atividade de análise não consiste em descobri-las como invariantes suscetíveis de ser meramente validadas pela análise. Nós sabemos que a análise não as deixa como eram anteriormente. Nós pensamos que a análise as desenvolve, no sentido forte do termo. Parafraseando Vigotsky (1934/1997), podemos escrever que a verbalização em autoconfrontação não pode vestir a atividade como uma roupa de confecção. Ela não serve de expressão a atividades “já prontas”. Transformando-se em linguagem as atividades se reorganizam e se modificam. A linguagem graças à qual o sujeito se dirige a seu interlocutor na troca que constitui o comentário sobre sua

atividade, retorna os efeitos desta troca sobre o objeto analisado. As atividades, desde então, não se exprimem nas palavras que lhe serviriam somente de veículos amorfos para falá-las. Graças a linguagem dirigida ao outro, o sujeito realiza, no sentido forte do termo, suas atividades. Na verdade, sua “realização” é determinada pelo contexto onde elas são mobilizadas. Tantos quantos forem os contextos, tantas serão as “realizações” possíveis. O contexto de autoconfrontação cruzada mobiliza a experiência sob dois ângulos diferentes e a descrição e a explicação não serão idênticas nos dois casos.

3.A abordagem etnometodológica

É preciso se deter aqui sobre um ponto decisivo: nós podemos, e em nossa opinião nos devemos, nos desfazer da idéia excessivamente simples de explicitação ou extração. Mas este esforço necessário não deve conduzir a uma derrapagem simétrica da argumentação. Partindo do fato que as atividades não são somente esquemas operatórios invariantes, subjacentes à ação, que se deveria recuperar e colocar em análise, devemos então, ao contrário, vê-las como simples produtos conjunturais desta mesma análise? Devemos nos aproximar da realidade da atividade, retomando, por exemplo, a formulação de N. Roelens (Roelens, 1997, p.49), somente como “uma construção intersubjetiva”? A questão merece ser posta principalmente porque esta tese, que se refere à realidade das atividades no contexto de troca entre um sujeito e aqueles a quem ele se dirige para descrever estas atividades, certamente não carece de argumentos convincentes. Não é verdade que nós mesmos observamos, sem cessar, nas autoconfrontações cruzadas, os efeitos do destinatário do discurso sobre a descrição das atividades do sujeito? Não temos freqüentemente encontrado, por exemplo, os efeitos antecipados dos problemas de pesquisa que nos colocamos sobre a maneira de nosso interlocutor pensar e explicar seu trabalho? De certo modo, a demonstração do impacto da direção do discurso na descrição da atividade já está feita. A intersubjetividade de troca regulada com um pesquisador leva o sujeito a manifestar dimensões ignoradas de si mesmo, em sua própria experiência. Outras dimensões são “realizadas” por ele com outros interlocutores, quando a autoconfrontação o coloca em posição de troca com os mesmos materiais de vídeo, por exemplo, com um jovem recentemente recrutado em seu serviço ou com um outro experiente no campo. A transmissão de experiência é então regulada por seu destinatário. A ação pensada é pensada com o outro.

A constatação de tais fatos incita a alguns, de maneira mais geral, a propor “uma ruptura epistêmica radical com as teorias que ainda dominam o quadro de referência habitual do reconhecimento de conhecimentos adquiridos, os quais se situam numa perspectiva de objetivação de

competências e se esforçam por eliminar a subjetividade” (Roelens, 1997, p.49). De forma mais ampla, nesta perspectiva etnometodológica, inspirada nos trabalhos de G. H. Mead (1934/1963) e que sustenta certas correntes bastante atuais de análise de competências, a competência profissional não existe em si mesma, sendo na verdade o resultado de uma habilitação intersubjetiva e social. A mudança de perspectiva, para esta corrente de pesquisa consiste em olhar as coisas “sob o ângulo dos processos intersubjetivos de atribuição de competência, o que permite passar de uma injunção de objetividade à tomada de consciência da implicação das subjetividades em todo ato de avaliação” (Roelens, 1997, p.51). Assim, as atividades competentes seriam somente o resultado da troca social e intersubjetiva entre os sujeitos. Não haveria competência privada nem pensamento privado. A experiência não é mais um atributo da pessoa, mas é atribuída pelo julgamento do outro. O indivíduo não se torna efetivamente competente se não em razão do fato que alguém lhe atribui uma competência (Stroobants, 1993). Contra o realismo da psicologia cognitiva se sustentaria um anti-realismo da atividade que se refere essencialmente às trocas entre os sujeitos, negando qualquer consistência específica às operações técnicas da ação. O real se reduziria a sua descrição, às convenções que o etiquetam (Becker, 1985).

A nosso ver, não podemos seguir por inteiro essas análises. Porém, podemos reter esta idéia: tantos foram os contextos de enunciação, tantas serão as diferentes “realizações” da experiência. Mas a lição que podemos tirar da análise do trabalho é precisamente que, no entanto, a experiência não cessa de ser única. Ela não se desagrega em tantas experiências quantos contextos nos quais pode se inserir e se realizar. Isto porque pensamos que existe uma outra via, que não é nem a de uma abordagem da atividade como invariante operatória, nem de uma abordagem que a reduz a uma simples construção intersubjetiva. Esta via se inscreve na perspectiva desenvolvimentista aqui adotada. A experiência tem uma história e sua análise transforma esta história. A significação das atividades não é constante para o sujeito. A análise a enriquece, mas em nenhum caso a reduz a ser somente um produto de troca conjuntural e social entre os sujeitos. A atividade possui uma continuidade operatória e subjetiva que não se dissolve em nenhuma das situações onde ela é observada. É o enriquecimento da experiência, no sentido que ela toma em cada um destes contextos de análise e ação, que constitui a lei fundamental da dinâmica das atividades. Estas não são nem produzidas nem reproduzidas pela análise do trabalho. Elas são desenvolvidas por esta análise, enriquecidas ou ainda ampliadas graças aos diferentes contextos que a análise lhes oferece para se pensar e repensar. O dispositivo de autoconfrontação cruzada não visa uma simples restituição da experiência adquirida, mas produz uma experiência. Poderíamos dizer, de acordo com a nossa perspectiva, que na história do sujeito a análise do trabalho confere um valor a mais à atividade descrita. É neste sentido que ela pode ser formadora.

Existem então duas maneiras de anular o trabalho de desenvolvimento das atividades. A primeira consiste em se polarizar na tomada de uma atividade-substância interna ao sujeito, completamente separada das condições sociais e intersubjetivas nas quais ela aparece. São suas invariantes que são analisadas. O desenvolvimento está assim, privado de seus “possíveis”. Mas ele está também, anulado já que, inversamente, a atividade é confundida com uma criação na troca, pode-se dizer, uma criação da troca. Aí o real é rebatido sobre o realizado. O inatingido alinhado sobre o que se atinge no momento da troca. Ora, a atividade existe também independente da troca, na história corporal e psíquica do sujeito e mesmo no gênero social das atividades de um meio que retém nele a memória social (Clot, 1999).

De fato, essas posições opostas – cognitivista de um lado, subjetivista de outro - são menos antagonistas que gêmeas, para retomar a expressão citada acima. Ambas colocam um impasse sobre a vida de experiência profissional. A via que nós tentamos seguir consiste em pensar que a troca intersubjetiva põe em movimento a atividade existente. Mas ela inscreve os traços dessa mudança numa história pessoal que possui seu próprio curso, distinto dessa ou daquela troca, feito, por sua vez, de operacionalidade e de potencialidades ainda inatingidas. Não podemos senão pensar da maneira pela qual Vygotski criticava essas posições gêmeas do cognitivismo e do subjetivismo: “no primeiro caso, para poder preservar a vida do sentimento, nós devemos recusar todo seu sentido. No segundo caso, para poder preservar o vivido e seu sentido, nós devemos, da mesma maneira, recusar a vida” (1933/1998, p.361). Nos dois casos a trans-formação da experiência não está no centro da *démarche*. A formação desde este ponto de vista, não está no horizonte da análise do trabalho. Podemos seguir uma outra via?

4. Formação e transformação da experiência: a instrução ao sócia

Nós utilizamos em formação métodos mais leves que o da autoconfrontação cruzada em situação de trabalho, evocados acima. Eles obedecem, no entanto, aos mesmos objetivos. Trata-se dos exercícios de instrução a um sócia. Eles visam, como já mostramos (Clot, 1995), uma transformação do trabalho do sujeito por um deslocamento de suas atividades. Mas de início, uma palavra de método. Colocado em foco por Oddone na Fiat, nos anos 1970, no contexto particular dos seminários de formação operária na Universidade de Turim (Oddone et. al, 1981), o exercício de “instrução ao sócia” implica em trabalho de grupo no curso do qual um sujeito voluntário recebe a consigna seguinte: “suponha que eu sou seu sócia e que amanhã eu me encontro em situação de dever te substituir em seu

trabalho. Quais são as instruções que você deveria me transmitir a fim de que ninguém se dê conta da substituição?” Delimitamos então, uma seqüência de trabalho determinada para facilitar a focalização da experimentação sobre os “detalhes” do trabalho, interessando-se sobretudo a questão do “como” que a questão do “porque”, isso que ademais perpassa as preocupações de Vermersch. Este método de autoconfrontação obedecia em Oddone, a um quadro de análise teórica, sensivelmente diferente daquele que nós propomos para compreender o desenvolvimento da atividade. No entanto, nós vamos conservar, nas pesquisas e nos ensinamentos, os critérios de decupagem da situação de trabalho utilizados pelo psicólogo italiano.

São analisados quatro domínios da experiência, para os quais são exigidas consignas precisas: o campo das relações com a tarefa propriamente dita, o campo das relações com os pares nos coletivos, o das relações com a linha hierárquica e enfim, o das relações com as organizações formais ou informais do mundo do trabalho. Desde nosso ponto de vista, como já vimos, a atividade pode ser vista como a menor unidade de troca social voltada ao mesmo tempo para seu objeto como ação operacional e para a atividade dos outros que diz respeito a este objeto. Essa tríade viva do agir é então o objeto da co-análise praticada. A tarefa não é para nós, senão um domínio das atividades de trabalho. Os materiais recolhidos são em seguida retomados pelo sujeito em foco e comentados por ele, por escrito. Sob esse ângulo, a autoconfrontação se opera em dois tempos. Numa primeira fase o sujeito se confronta a si mesmo pela mediação da atividade regulada do sócia. Na segunda, ele se avalia pelos traços materializados dessa troca (decifração do registro) pela mediação de uma atividade de escrita, ela própria, eventualmente, dirigida a outros além do sócia.

Vygotski propunha olhar a consciência não somente sob o ângulo de seu produto (a representação) mas sob o ângulo de sua formação. Ele a definia como “a experiência vivida da experiência vivida”, ou dito de outro modo, “um tipo de eco de todo organismo à sua própria reação”, ou ainda “um contato social consigo mesmo” (1925/1994, pp. 46-47).

Assim, em nossa experimentação, a análise das relações entre o sujeito e sua própria atividade – objeto do trabalho de instrução – é dirigida para a atividade do sócia relativa a este objeto. A mesma ação toma lugar numa atividade diferente dirigida a um outro destinatário. Essa situação na qual o sujeito dialoga consigo mesmo sob a *contrainte* de um comércio com o outro, dá a ele sua própria experiência “estrangeira”. Esse efeito *pode* tornar-se a causa de uma transformação da atividade. Diremos então, que esta *pode* mudar de sentido, realizando-se nas significações novas, depois de ser desligada das antigas significações onde o pensamento estava “preso”.

Para tornar “discutível” essa metodologia, apresentaremos novamente aqui, o extrato do texto escrito por um músico de orquestra, trompetista, após a decifração de suas “instruções” . Esta nova apresentação de uma seqüência já analisada busca enriquecer a primeira (Clot, 1995/1998) por uma reavaliação metodológica.

No curso das “instruções”, este músico responde inicialmente pela negativa a uma questão do sócia, o qual, preocupado em substituí-lo pondo todas as chances a seu lado, pergunta a ele se uma mudança do próprio instrumento não lhe permitiria ultrapassar a estagnação da qual o sujeito se acusa. Mas a autoconfrontação faz ricochetear o problema e contradiz a primeira resposta negativa. O comentário ao final se mistura à atividade, a precipita para frente, mudando, pelas palavras, sua estrutura, e criando assim o acontecimento: “essa questão sobre o instrumento teve o mérito de fazer com que eu me interrogasse sobre a adequação entre o material que eu utilizo (modelo de embocadura, de trompete) e as evoluções de minha técnica instrumental nestes últimos anos. Eu toco o mesmo modelo de trompete desde sempre, eu estou muito acostumado com ele. No entanto os pequenos detalhes técnicos sobre os quais eu tenho a tendência a ser incomodado estão sempre presentes. Minha filosofia de trabalho do instrumento não foi jamais procurar o problema fora de mim. Se qualquer coisa não funciona, não é o instrumento, sou eu. Donde, uma falta total de interesse por tentar modelos diferentes que poderiam ter uma outra resposta ao meu modo de tocar. A consequência de tudo isso é que certas dificuldades técnicas me estressam mais que o normal, que um trabalho regular não provocaria, e que a pesquisa da cor de som que eu vejo não é alcançada jamais. Esse questionamento provocado por esse trabalho do CNAM me levou a experimentar o trompete de um colega, que usa a mesma marca, mas um modelo diferente. Ele mesmo colocando em dúvida a adequação do meu material à minha técnica, eu aceitei por uma vez fazer a tentativa de deixar meus *a priori* de lado. Resultado: isso me convenceu. Eu vou consagrar um pouco de tempo à pesquisa de um modelo de trompete que me convenha melhor. Aquele que eu tentei já se encaixa melhor comigo que o meu, mas eu percebi que uma outra marca acabou de fazer um modelo muito performático. Eu que nunca quis me lançar nessas tentativas, deixando isto para os outros, estou agora motivado para pesquisa de qualquer coisa que possa me ajudar a reencontrar minha excitação de criança. Tenho verdadeiramente a impressão que essa recusa de tentar um instrumento diferente, mantinha uma situação ambígua: eu não desejava encontrar senão razões pessoais para meus limites, e no entanto, um ensaio de uma hora acabou de me provar o contrário: certas situações técnicas nunca verdadeiramente resolvidas com meu instrumento não são problema com um modelo diferente. Então é claro que há também uma parte do instrumento. Esse bloqueio quanto à mudança do instrumento não fosse senão um pretexto para não ir

mais longe e não explorar totalmente minhas possibilidades? E quando eu repenso isso, esse colega que me fez experimentar seu instrumento me disse, pelo menos nos dois últimos anos: “você deveria tocar um material mais soprante, você está sempre muito próximo dos limites de seu instrumento, você não tem a oportunidade de utilizar todas as suas possibilidades”. Minha resposta era invariavelmente: “eu não sou capaz de tocar um material mais pesado”. Sem ter mesmo tentado! E na primeira tentativa, fui convencido da necessidade de mudar de instrumento!”

Como compreender o processo psicológico revelado por essa situação? É preciso inicialmente observar que a transmissão das consignas suscetíveis de permitir uma substituição efetiva é uma missão impossível. O sócia-substituto tem todas as dificuldades do mundo para recuperar a experiência indispensável para se confrontar à prova quando ele estiver só. Ele busca então recursos para, na situação futura, tornar sua tarefa mais fácil tirando o melhor proveito da situação apresentada pelo instrutor. Ele se dirige ao sujeito para obter uma dupla descrição: a da situação e a da conduta a manter na situação. Ele não pode ver a situação como o sujeito, para quem ela é um ambiente habitual de vida. As questões que o sócia coloca desenham então a situação ordinária do sujeito sob os traços inesperados para o sócia. Para o sócia, a situação é desconhecida e sobretudo, por descobrir. Ele deve antecipar os obstáculos e os recursos que ele encontrará em função da representação que ele se faz da situação. Ele pede ao sujeito que o guie em sua ação. De fato, o “tu” a quem se dirige a transmissão das consignas toma por objeto a atividade futura do sócia. O instrutor deverá ajudá-lo a se rever numa situação que ele não conhece, indicando a ele não apenas o que ele faz habitualmente mas também o que ele não deve fazer na situação, o que ele não deveria jamais fazer se for substituído, o que ele poderia fazer mas não fará, etc...

Dito de outro modo, o sócia reclama um acesso, não apenas ao vivido da ação, mas aquilo que não foi e não é vivido pelo sujeito. Nesta metodologia, a ação não vivida faz parte do real da atividade, do mesmo modo que a ação vivida. O que poderia acontecer ao substituto deve ser examinado para fazer frente a toda eventualidade. Dito de outro modo, o objeto da análise, para se centrar igualmente no desdobramento operacional da ação, não deixa de lado os conflitos e escolhas que presidem à formação das intenções da ação. O surgimento dos objetivos, entre outros objetivos possíveis do trabalho, é objeto de uma co-análise que busca restituir à atividade sua dimensão “opcional” inseparável da sua dimensão “operacional”.

Tecnicamente, a atividade do sócia consiste em resistir à atividade do instrutor que busca fazê-lo partilhar sua versão do real. Ele resiste interpondo, entre o instrutor e sua ação, uma imagem da situação pouco afeita à idéia “naturalizada” que o sujeito faz dessa situação. Ele coloca, no meio

imaginado, obstáculos que se acumulam frente a ação habitual do instrutor. Ele entrava o desenrolar das operações evocadas a fim de que o sujeito mobilize não apenas esse desenrolar específico, mas outros mais conformes à descrição do meio proposta pelo sócia, mesmo e sobretudo quando se trata de uma representação surpreendente da situação de trabalho. Assim, o que é convocado pela obstinação metodológica do sócia é a atividade possível ou impossível na atividade real. O que é transmitido pelo instrutor, ou melhor, recuperado no comentário de autoconfrontação que segue, são as hesitações e alternativas, a gênese das escolhas. Não somente os comportamentos que venceram, mas os que foram abandonados sem no entanto terem sido abolidos.

O sujeito, no curso deste exercício, tenta ser aquilo que ele pensa que deveria ser, servindo-se então da sua situação profissional como mediação, como instrumento de ação sobre o sócia. Este último busca ser o que ele deverá ser. Mas, de fato, ele explora a situação que ele antecipa como uma fonte de sua atividade futura. Neste “jogo”, a situação não ocupa o mesmo lugar na atividade dos dois interlocutores. Em algum momento, ela pode se diferenciar para o instrutor e, de algum modo, separar-se dele, se exteriorizar, abrindo-lhe outras possibilidades de relação com o real. Chamamos a isto uma “introspecção profissional”. O sócia, buscando – sem jamais encontrar – todos os possíveis e todas os obstáculos da situação que ele não conhece (utilizando não um conhecimento técnico do campo em análise, mas sua experiência científica) recoloca o sujeito frente às escolhas que ele fez, nas contradições que ele sofreu e que o levaram, no melhor dos casos, à saída que ele apresenta. O sujeito se compara às hesitações do sócia que afronta o real explorado, em múltiplas ocasiões de optar e de escolher. Esta indeterminação do sócia desconstrói a versão do sujeito. Ela opera uma ruptura no encadeamento habitual das operações. A reabilitação do real como possível desnaturaliza a cadeia operatória, transformando a linha reta traçada para o sócia pelo instrutor, em resultante de bifurcações sucessivas.

Pode acontecer que o sujeito descubra, como no caso do trompetista, a alienação que constitui deixar-se determinar por certos *contraintes* enquanto que outros engajamentos de si seriam e são possíveis. Quando isto ocorre, o sujeito é confrontado à escolha de se desfazer ou não dessas “aderências”. A subjetivação é esse recolhimento ao qual ele depara quando o sócia lhe propõe “demasiadas” possibilidades, como alguém que não está contido na situação. Nestas circunstâncias, o sujeito é o que ele poderia ser. Ele realiza – nos dois sentidos do termo – por procuração, isso que ele poderia ter feito. Pela mediação do sócia, ele se dá conta daquilo que ele não fez, em resposta a esse interlocutor que lhe propõe, sem necessariamente se dar conta, as escolhas que ele havia recusado avaliar, que ele havia obliterado ou desconhecido, ignorado, ou ainda buscado em vão sem encontrar.

O sócia-substituto experimenta sua ação na situação e põe a prova as atividades que ele empresta ao instrutor. Mas ele deve, em contrapartida, ser guiado pelas consignas do sujeito a quem se impõe a tarefa de evitar que o sócia seja reconhecido. Essa busca da conformidade operatória aparece para o sujeito como uma redução das possibilidades, uma atrofia de sua atividade real com relação à tarefa, aos colegas de trabalho, à hierarquia e a seus grupos informais de pertencimento. Ele é conduzido a refletir sobre as “opções” feitas no momento mesmo em que se desenrola a cadeia operatória que as coloca em ação. O “como” focalizado no desenrolar procedural das operações desemboca paradoxalmente no “porque” da ação, ou seja, sobre as inibições que a precedem. Dá-se uma retro-ação à qual o sócia convida o sujeito. O sócia não busca fazer o sujeito evocar o passado da ação vivida, mas fazê-lo partilhar a dificuldade de reproduzi-la. Ele visa, não se informar do que o sujeito faz guiando-o por uma exploração de seu “pensamento privado” (Vermesch, 1993), não posicioná-lo como uma “palavra encarnada” mas “deformar” seus esquemas pondo-os a prova do real, redescobertos em conjunto, guiados pelo sujeito.

O sócia, se esforçando por agir, ele mesmo, na situação que o sujeito conhece, reclama a este sujeito os meios para fazê-lo. Mas os instrumentos que o sujeito construiu para atingir este fim não são mais adaptados à situação descrita pelo sócia, ao mesmo tempo familiar e estrangeira. É esse deslocamento no real que pode desprender o sujeito de seus esquemas de ação usuais. As operações, passando pela atividade do sócia, se destacam sobre esse novo fundo. A atividade conjunta dos dois interlocutores descola o objeto da ação do sujeito. De um lado, esse objeto reinvestido num outro quadro adquire uma permanência e uma independência que é uma rerepresentação para o sujeito. De outro, o sujeito se beneficia também dessa independência e tira daí uma disponibilidade psicológica que o projeta numa zona de desenvolvimento potencial. A tomada de consciência não é somente uma nova representação do objeto, mas simultaneamente uma outra representação do sujeito que percebe “a si” na atividade do outro; esse outro que ele investe e ao qual se compara, O pensamento, observava Vygotski, “nasce não num outro pensamento, mas na esfera motivante de nossa consciência, que engloba nossos impulsos e nossas necessidades, nossos interesses e nossas motivações, nossos afetos e nossas emoções” (1934/1997: 380).

O sócia, como representante da ação a repetir, é objeto de consignas cuja execução produz um resultado inesperado para o instrutor. Esse resultado retorna a ele como conseqüência da atividade do outro. Investido pela atividade do outro, esse resultado pode ser mais expressivo que os objetivos visados inicialmente. A ação se encontra aí desdobrada. Uma versão nova apareceu, rival da primeira, abrindo um conflito em seu desenrolar. Neste estágio, podemos sem dúvida dizer, que transmitir é

tornar possível um novo ato. Assim, o “trabalho da atividade” proposto por esse exercício transforma as operações da ação analisada não em instrumento de referência para sua “reprodução”, ou para sua “correção” (remediando-as) mas em instrumento de descoberta de alternativas diversas das quais a ação passa a dispor. O trabalho de todo dia pode ser descrito como uma série de “subtrações” de atividades que o sócia deve se esforçar por repatriar na atividade presente, agarrando o real no realizado, contra um instrutor que freqüentemente busca, ao contrário, a reenviar o real ao realizado.

Nós nos lembramos que as técnicas de autoconfrontação cruzadas na análise do trabalho querem jogar sobre as destinações da ação para enriquecer a descrição e reincluir o possível no real. Com a dupla direção do par especialista e do psicólogo do trabalho, o sujeito toma posição num carrouel onde ele não reencontra apenas o desenrolar procedural da ação, mas se expõe a diversas ações possíveis. Esse hiato é um efeito de intercessão e de percussão de várias atividades em uma ocasião para o sujeito para se libertar dos pressupostos de sua ação e, sobretudo, oportunidade de subjetivação. Então, nas técnicas de transmissão ao sócia, o problema que se coloca é saber qual é a natureza deste destinatário singular que, de um lado, não deve ser um especialista do campo em análise e, de outro, deve se mostrar capaz de substituir verdadeiramente o instrutor. Trata-se, de fato, de um interlocutor deliberadamente artificial que sofre de um defeito irremediável: ele não sabe mas deve saber. É necessário que ele se prepare para múltiplas eventualidades que ele evoca sem economizar esforços, já que ele ainda não inibiu tudo aquilo que o instrutor precisou inibir para agir. Ele multiplica assim os obstáculos para apreender até mesmo o que o outro não previa ensinar. Assim, o “tu” a quem o instrutor se dirige é um parceiro duplo, que sabe e não sabe ao mesmo tempo. É ao mesmo tempo um eu que não sabe e um eu que sabe, personagem artificial capaz de chamar ao diálogo entre isso que eu faço e isso que eu poderia fazer. O sócia deve ser o especialista que ele não é. Este é o paradoxo de um especialista para quem nada é óbvio. Pode-se considerar que seu defeito é uma possibilidade metodológica para uma elaboração da experiência que visa, entre outras coisas, a subjetivação da ação.

A análise do trabalho se revela como um instrumento de formação do sujeito na condição de buscar tornar-se um instrumento de transformação da experiência. O que é formador para o sujeito, ou seja, isso que aumenta seu raio de ação e seu poder de agir é poder modificar o estatuto do seu vivido: o objeto de análise, o vivido, deve tornar-se meio para viver outras vidas. Isso não é verdadeiramente reconhecido pelo sujeito senão quando se transforma. Além disso, o sujeito, ele mesmo, não se reconhece em formação se não a partir do momento em que sua experiência, fora de seu contexto habitual, vale também em outros contextos. É somente quando a experiência serve a fazer outras experiências que o sujeito toma em suas mãos sua história.

